

O PAPEL DO EDUCADOR EM UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA E INTERSECCIONAL. ODS 4

4. Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Vander Wilson dos Santos (UNITAU)

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães (UNITAU)

Resumo

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, submetida na plataforma Brasil, com parecer consubstanciado aprovado, processo de número 75407323.7.0000.5501. O artigo intitulado "O Papel do Educador em uma Perspectiva Antirracista e Interseccional" explora o papel essencial dos educadores na promoção de práticas antirracistas no ambiente escolar, sob uma perspectiva interseccional. Partindo da constatação de que a escola é um reflexo das diversidades sociais e culturais, o estudo analisa como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, e capacitismo, interagem e afetam a experiência dos estudantes. O objetivo é compreender como os educadores podem atuar de forma eficaz na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo, reconhecendo e enfrentando essas múltiplas dimensões de opressão. O artigo destaca a importância de um currículo que integre essas múltiplas dimensões de discriminação e de um educador que esteja preparado para enfrentar esses desafios, promovendo um ambiente inclusivo e justo. A metodologia baseia-se em grupos de discussão com professores, visando compreender suas percepções e dificuldades em lidar com essas questões no dia a dia escolar. Os resultados apontam para a necessidade de formação continuada que capacite os professores a adotarem práticas pedagógicas amparadas pela perspectiva interseccional, contribuindo para a transformação social e educacional.

Palavras-chave: Educador antirracista; interseccionalidade; professor multicultural; ambiente escolar.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, submetida na plataforma Brasil, com parecer consubstanciado aprovado, processo de número 75407323.7.0000.5501.

Considerando os inúmeros casos de racismo no ambiente escolar, os relatos de preconceitos em relação a gênero, deficiências, sexualidade vêm ganhando força em nossa sociedade inserindo essas pessoas em uma condição marginalizada,

segregando-os. A corponormatividade, a heteronormatividade e a branquitude são hegemonicamente dotada de privilégios e continuam ocupando postos de protagonismo em nosso meio social, ditando regras as serem seguidas e o que não está de acordo com esse padrão permanece em condição de exclusão, para tanto as lutas pautadas por movimentos sociais ganham força na busca por direitos para grupos minoritários, portanto, pensar nessas lutas em uma perspectiva interseccional que estuda como diferentes formas de opressão se cruzam, criando experiências únicas de marginalização e como afetam as pessoas de maneiras complexas, pode ser um grande passo para a nossa evolução. Encontramos aqui o papel do educador e o quanto a escola pode ser o potencial agente dessa transformação que buscamos.

O objetivo deste artigo é analisar o papel do educador na implementação de práticas antirracistas em uma perspectiva interseccional que analisa de como diferentes formas de opressão se sobrepõem e interagem, criando experiências únicas de discriminação e privilégio, no ambiente escolar.

Possui como método os grupos de discussão que será utilizado para produzir informações e as falas dos participantes serão o produto para as análises que permitirá alcançar os objetivos deste artigo.

Por fim, é essencial promover o antirracismo nas escolas, adotando uma visão interseccional que reconheça as múltiplas formas de discriminação e desigualdade que podem afetar os estudantes, como gênero, classe, sexualidade e deficiência. Essa abordagem permite compreender como diferentes identidades se sobrepõem e interagem, resultando em experiências únicas de opressão ou privilégio de alguns grupos sociais. Além disso, é crucial destacar a importância de acompanhar e lutar para que toda essa mobilização social se torne um agente transformador do ambiente educacional, criando um espaço mais justo e inclusivo para todos.

O professor multicultural e interseccional

Muitos são os desafios assumidos e atribuídos socialmente ao professor quando este se torna professor, seu papel enquanto educador que consiste estar em constante atualização, estar engajado nas lutas sociais, primar por uma educação de qualidade aos educandos, além de ansiar um futuro de grandes transformações

para sua profissão. Debater em sala de aula questões que abraçam nossa diversidade cultural deve fazer parte do cotidiano dos professores, conforme aponta Candau (2016) as questões de gênero e sexualidade, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, povos tradicionais e educação conectada à realidade em que vivem, assim como as culturas juvenis e infantis, formam pontes transformadoras e atualmente são temas presentes que pautam discussões em vários segmentos da sociedade. A escola, como um espaço que reflete a diversidade de estilos e culturas presentes na sociedade, é um local privilegiado para inovação e transgressão. Os movimentos sociais podem desempenhar um papel fundamental nesses espaços, promovendo uma transformação crítica. Integrar essas questões no currículo escolar oportuniza que alunos se envolvam com temas relevantes e desenvolvam uma consciência mais profunda sobre a sociedade e suas complexidades. Ao englobar a diversidade e as lutas sociais na educação, a escola não apenas enriquece a experiência do aprendizado, mas também prepara os alunos para serem cidadãos mais informados e engajados nas causas sociais, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e reflexivo, onde a discussão e a ação em torno da justiça social e da equidade são estimuladas e valorizadas.

Apesar de o multiculturalismo estar em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto de sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão (hooks, 2013, p.51).

Vimos uma crescente discussão social sobre práticas ou atitudes racistas em todos os setores sociais. No entanto, percebemos ainda uma grande quantidade de casos de racismo no ambiente escolar, tornando-se pauta e quase como um grito de socorro. Notamos que grande parte dos professores, além de gestores e uma grande parcela da sociedade, não está preparada para lidar com ataques racistas. A demanda por letramento racial está se tornando cada vez mais evidente em todos os setores da sociedade, e a escola não deve ser uma exceção. O letramento racial refere-se ao processo de adquirir conhecimento para entender e lidar com questões relacionadas à raça, racismo, as desigualdades raciais, a compreensão dos sistemas de opressão e a promoção de práticas que fomentem a justiça e a igualdade. A escola, como um espaço fundamental para a formação e transformação social, tem um papel crucial na implementação do letramento racial. Ao integrar o letramento racial no currículo, a escola não apenas educa os alunos sobre a

diversidade e a complexidade das questões raciais, mas também os prepara para enfrentar e desafiar preconceitos e injustiças em suas vidas nas comunidades em que vivem. Dessa forma, a educação se torna uma ferramenta poderosa para promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva, na busca por justiça racial e igualdade de direitos.

O professor tem um papel de relevante importância, uma vez que seu papel não se resume ao caráter alfabetizador, este leva seus educandos para os horizontes da reflexão, da criticidade, da não acomodação e superação das adversidades, possui um papel orientador e inspirador. Diante desta responsabilidade o professor tem de estar preparado para ensinar, acolher e de forma muito singular levar este aluno a tornar-se um cidadão crítico, porém hooks (2021, p.59) afirma que “os educadores estão mal preparados quando confrontam concretamente a diversidade”. A escola é um ambiente diverso em vários aspectos ligados ao gênero, raça, etnia, classe social, portanto é necessário vislumbrar uma perspectiva interseccional uma vez que os movimentos sociais se imbricam o tempo todo na escola. Crenshaw (2002, p. 177) define interseccionalidade como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Enquanto Akotirene (2019), considera que o termo interseccionalidade baliza um padrão teórico metodológico da cultura feminista negra, em que busca a institucionalização de políticas e instrução jurídica que virá a atuar sobre condições estruturantes como o racismo, o sexismo e as violências que se justapõem, segregam e criam encargos particulares às mulheres negras. Já para Collins e Bilge (2021, pp. 15-16) “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”. Assim, necessitamos vislumbrar novos horizontes em relação à visão interseccional no ambiente escolar e adotarmos uma postura inclusiva de fato e, desta forma, nos tornarmos anticapacitistas, antirracistas, antimachista, anti-homofóbicos, antissexistas, uma vez que no contexto escolar as relações e discussões são pautadas pela diversidade,

conforme nos mostra Pinheiro (2023, p.118) “a primeira imagem que você viu em sua vida em um livro de ciências dificilmente foi de uma pessoa negra, de uma mulher, de uma pessoa trans, de um homem que fosse afeminado, de uma criança ou um idoso, de um corpo com deficiência ou de um corpo gordo”. A postura combativa deve ser o posicionamento contrário às opressões a grupos minoritários, para tornar este debate inclusivo de ordem social, e, a partir desse pensamento, percebemos desenrolar várias ações que contribuem para dirimir o preconceito nas instituições educacionais. Para hooks (2013, pp. 60-61) “aprendemos a olhar o mundo de um ponto de vista crítico que leva em conta a raça, o sexo e a classe social”.

Pensar interseccionalmente nos permite observar o nascimento de debates que proporcionam lugar de protagonismo dos alunos, pois apura o senso crítico-reflexivo e os engaja cientificamente, ter atitude interseccional como educador permite ainda contribuir para discussões de implementação de políticas públicas para que esses movimentos continuem existindo, se materializando na nossa realidade, pois cada luta mesmo possuindo características próprias, conversarão em alguns momentos e embasarão novas perspectivas, visões, olhares que nos levará a uma sociedade equitativa.

A educação e o educador antirracista

Educação antirracista é a prática que auxilia na valorização da identidade e da trajetória dos diferentes povos que formam a nação, garantindo o sentimento de pertencimento dos negros em espaços escolares que antes os segregaram. Também será utilizada como ferramenta para combater o racismo estrutural ou ações racistas que permeiam as relações nestas instituições. Já o educador antirracista se utilizará dessa prática para atuar na linha de frente de combate, desconstruindo estereótipos, reconstruindo a história dos negros, detectando o racismo estrutural no currículo escolar e implementando práticas de valorização dos saberes e conhecimentos dos negros e indígenas, corroborando para a ressignificação destes povos para a construção da identidade nacional.

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social: ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais (Pinheiro, 2023, p.147).

Percebemos a fundamental importância da escola como espaço que transforma a realidade dos educandos, encontramos aqui a necessidade de a escola ser antirracista, ser anticapacitista, antissexista, antimachista, anti-homfóbica e proporcionar processos educacionais que desconstruam esse pensamento arraigado pelo preconceito.

Esperamos que o educador adote uma postura antirracista, comprometendo-se ativamente a promover a equidade racial no ambiente escolar, incentivando os alunos a questionar a condição racista estruturante, a ausência de negros em postos de poder e assumir postura combativa ao racismo. De acordo com Pinheiro (2023), o educador irá estimular a construção curricular escolar, pautando os conhecimentos ancestrais africanos e indígenas sem estereotipá-los ou rebaixá-los; representar graficamente as pessoas negras e indígenas na estética escolar a partir da posituação dessas imagens; incentivar a leitura de escritores indígenas e negros nas propostas didáticas da escola; organizar programas de formação de professores pautado no letramento racial; apresentar aos estudante intelectuais e personalidades negras e indígenas, objetivando ressignificar a noção de humanidade e inteligência dos povos indígenas e africanos.

A pluralidade étnica do nosso país nos leva a pensar em uma educação que ocasione transformação na realidade do professor, da escola e dos seus alunos. O poder transformador está em debater questões como o privilégio branco, o feminismo negro, o racismo ambiental, a violência institucionalizada perpetrada pelas questões raciais, o racismo como condição estruturante, a desigualdade racial, entre outros assuntos que devem estar presentes no currículo para materializar-se no cotidiano escolar.

Um dos primeiros caminhos a serem trilhados nessa direção poderá ser o da inserção, nos cursos de formação de professores e nos processos de formação em serviço, de disciplinas, debates e discussões que privilegiem a relação entre cultura e educação, numa perspectiva antropológica (Gomes, 2003, p.169).

A nossa discussão avança para a formação inicial e continuada dos professores, que é essencial para o desenvolvimento profissional docente. Esse processo visa transformar, potencializar e disseminar conhecimentos, contribuindo para a melhoria contínua dessa prática. Muitos temas não são discutidos, ou sequer fazem parte de programa elaborado pelas universidades tanto para as graduações quanto para as pós-graduações.

Uma das reações mais comuns por parte dos professores é apontar que não estão preparados para trabalhar as diferenças nas escolas. Essa causa é aventada quando surgem quaisquer problemas de aprendizagem nas turmas e até mesmo quando eles existem, concretamente (Capellini e Mendes, 2007, p.115)".

Sigamos construindo um momento de abertura de espaços para discutirmos e implementarmos mudanças na formação dos professores, pois necessitam acompanhar as transformações sociais pelas quais estamos passando ao longo dos anos e, não podemos ter um currículo engessado baseado em realidades distantes das nossas. A educação vem passando por uma série de mudanças que contribuem para o alargamento do debate da formação do professor, contudo há ainda um certo receio em buscar novas perspectivas. Para Nóvoa (2022, p.76) "num tempo de profundas mudanças em educação – e inevitavelmente no trabalho dos professores – não há nada mais perigoso do que este "bloqueio" que impede mudanças e transformações urgentes".

Para Capellini e Mendes (2007, p.115) torna-se essencial investir no desenvolvimento de programas de formação (inicial, continuada e especializada) para professores cujo objetivo dessas formações possibilitem aos profissionais que atuam na educação melhor responder às diversidades educacionais de seus alunos e possam estabelecer conexões com a realidade a qual seu alunado e a própria escola está inserida atribuindo às suas aulas uma gama de conhecimentos que tragam aos seus alunos o sentimento de pertencimento a sua comunidade, a sua cidade e aos aspectos culturais ao qual está inserido.

O desenvolvimento profissional permite redimensionar a prática profissional do professor. Os professores tornam-se mais atentos à necessidade de melhoria em sua prática, quando se viabiliza para eles e com eles a análise e a observação de seu próprio perfil e das características de seu trabalho. Desta forma, eles aprendem apoiados na delimitação e solução de problemas, por meio da reflexão sobre seus sucessos e fracassos (Capellini e Mendes, 2007, p.114).

Segundo Nóvoa (2022, p.78) precisamos repensar, com coragem e ousadia, as nossas instituições e modelos de formação de professores. Se não o fizermos estaremos a reforçar, nem que seja por inércia, tendências nefastas de privatização e de tecnologização da educação. Embora a realidade varie entre as escolas, muitas já têm implementado projetos para transformar essa situação. Apesar da Lei 10.639/2003 muitas vezes ser negligenciada, há instituições que a utilizam para promover uma reflexão crítica sobre o contexto racial no Brasil e para buscar a

igualdade racial. Esses esforços representam um movimento de transformação em direção à mudança nesses espaços educativos. Buscar junto às universidades modelos de formação que contemplem um currículo diverso e proporcione ao professor tornar-se um pesquisador, onde ele possa estar amparado de métodos científicos no desenvolvimento de novas técnicas, metodologias, didáticas e uma preocupação real com o ensino e todo seu desdobramento.

O objetivo central da formação continuada deve ser o de desenvolver um educador pesquisador que tenha, primeiramente, uma atitude cotidiana de reflexividade da sua prática, que busque compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e que vá construindo autonomia na interpretação da realidade e dos saberes presentes no seu fazer pedagógico (Capellini e Mendes, 2007, pp.115-116).

Toda essa preocupação se dá por termos algumas políticas que precisam ser implementadas urgentemente nas escolas brasileiras, como no caso da Lei de número 10.639/2003 que neste ano de 2024 está completando 21 anos, de acordo com o Portal Geledés (2023) “termos a lei, não necessariamente garante que tenhamos a sua efetivação, já que o cenário da educação brasileira nos mostra que ainda enfrentamos inúmeras barreiras para a sua institucionalização nas políticas públicas educacionais”. Ou seja, enquanto educadores temos que abraçar todas as especificidades que perpassam o ambiente escola, atuar incansavelmente nas lutas para diminuição de atos discriminatórios. É de fundamental importância que estas discussões estejam nas universidades e nas pautas formativas dentro das escolas.

De acordo com o pensamento de Motta (2021, p.14)

é fundamental que políticas sociais (como o Estatuto da Igualdade Racial) e educacionais (como as cotas sociorraciais para ingresso em instituições públicas de ensino superior) caminhem lado a lado com políticas curriculares, como a determinada pela lei 10.639/2003, que demanda a inclusão das experiências, contribuições e perspectivas da população negra no quadro de conteúdos ministrados no Ensino Fundamental e Médio.

Para tanto Nóvoa (2022, p.77) nos afirma que “na base da reflexão encontra-se a necessidade de uma mudança profunda nas políticas e nas práticas de formação de professores, num tempo de metamorfose da escola e, também, de metamorfose do trabalho docente”, entender que a escola do século XXI é notadamente diferente da escola do século passado, todavia a formação precisa acompanhar toda essa transformação social, pois nosso alunado não é meramente ator passivo nessas relações e nossas formações precisam acompanhar essa

evolução formando educadores mais bem preparados para atuar na escola deste século.

Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência em arte liberais verdadeiramente libertadora (hooks, 2013, p.63).

A educação libertadora é fundamental tanto para os educadores quanto para os alunos. Esse processo crítico-reflexivo precisa se materializar em nossa realidade, estando ao alcance de nós, educadores. É essencial que reconheçamos nosso papel e nos empoderemos para aprofundar os debates, transformando a educação em uma práxis que promova a autonomia e o pensamento crítico

A Psicologia Sócio-histórica e o antirracismo

A Psicologia Sócio-histórica trouxe certa criticidade para a psicologia e para a educação, um método crítico-reflexivo, pois até a então a ciência estava em busca do desenvolvimento das ciências ligadas à natureza, buscando a realidade e racionalidade das coisas, uma ciência moderna empírica, experimental e qualitativa. Não levava em consideração as crenças, os valores, as experiências do homem, sua subjetividade, gerando as individualidades - o homem para o trabalho, homem-máquina, produção em larga escala, deixando o coletivo para se individualizar, reflexos de uma indústria capitalista neoliberal do século XIX que objetivava a produção e a alta lucratividade para se desenvolver, esquecendo-se que o homem é um ser complexo e social. Para Bock, Furtado & Gonçalves (2007) a psicologia sócio-histórica tem como base a Psicologia Histórico-cultural defendida por Vigotski entre 1896 e 1934, em que nos apresenta caminhos para superação de visões dicotômicas. Neste contexto de trazer a criticidade para a Psicologia e pensar no ser humano com toda sua complexidade, não apenas na sua realidade objetiva, mas na sua subjetividade, Bock, Furtado e Gonçalves (2007, p.17-18) afirmam que “a Psicologia Sócio-histórica carrega consigo a possibilidade de crítica. Não apenas por uma intencionalidade de quem a produz, mas por seus fundamentos epistemológicos e teóricos”.

Seguindo as ideias de Bock, Furtado & Gonçalves (2007), a Psicologia Sócio-histórica fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como método, aqui o

indivíduo torna-se ativo social e historicamente. Analisa a sociedade como produção histórica dos seres humanos que através do trabalho produzem uma vida material. Uma materialidade fundada em contradições expressas nas ideias propagadas. A história apresenta-se como um movimento de contradição constante do fazer humano, em que amparados pela base material deve-se compreender toda produção de ideias pautadas pela ciência e a psicologia.

Entendemos seres humanos como seres históricos porque produzem e reproduzem sua possibilidade de se desenvolver, e, na materialidade as ideias se concretizam por meio das relações estabelecidas nos grupos aos quais pertencem. Para Bock (2004) a psicologia sócio-histórica é crítica por se posicionar contrapondo aos estudos da Psicologia que via apenas a razão humana, pois leva em consideração aqui a historicidade, a condição social, econômica e cultural a qual o homem está inserido.

A psicologia sócio-histórica exige a definição de uma ética e exige uma visão política sobre a realidade na qual nosso “objeto de estudo e trabalho” se insere. A psicologia sócio-histórica carrega, intrinsecamente à sua forma de pensar a realidade e o mundo psicológico, esta perspectiva e a necessidade deste posicionamento (Bock, 2004, p.8).

Portanto, para a Sócio-histórica, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana e falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem (Bock, Furtado & Gonçalves, 2007, p.22).

Enquanto para Lane (2006), a Psicologia social se ocupa da investigação da relação entre o indivíduo e a sociedade, relação esta que deve ser compreendida historicamente, abordando desde como os indivíduos se organizam e se estabelecem para a perenidade de seus hábitos, costumes, valores e normas para que sociedade continue existindo. A autora ainda nos apresenta como uma inquietação da Psicologia Social em conhecer como o indivíduo se insere neste processo histórico, principalmente como um agente da história, como ele pode transformar a sociedade e a realidade em que ele vive. Ele não é apenas um agente passivo, torna-se ativo neste processo de transformação.

O racismo se materializa na nossa sociedade, pois por muito tempo as ideias de inferioridade da raça negra colocaram o indivíduo não negro em uma realidade diferente na qual ele ficou dotado de privilégios e o discurso civilizatório reafirmou

essas práticas. Requerendo uma perspectiva interseccional, vimos ao longo desse processo o machismo ganhar força, pois a mulher foi inserida num contexto de inferiorização ao homem e adquiriu socialmente um papel de submissão, vimos ainda o capacitismo, momento em que as pessoas com deficiência são vistas como incapazes e ou improdutivas, o sexismo, que segrega por critérios sexuais, em que o sexo masculino é tido como superior ao feminino a misoginia impera.

A sociedade a todo momento se constituiu por intermédio das diferenças, porém essas diferenças foram utilizadas para inferiorizar grupos que ao longo dos anos foram marginalizados. Viver em grupos permitiu o confronto de ideias e posicionamentos entre pessoas e nesse movimento cada pessoa foi constituindo seu “eu” e através das relações percebemos as diferenças e semelhanças que temos, afirma Lane (2006).

A luta antirracista nasce da preocupação dessa visão neoliberalista e capitalista do mundo, pois ainda nos deparamos com discursos de ódio amparados por essas visões que insistem em inferiorizar a raça, principalmente os negros. A luta nos permite trazer para discussão a função desses discursos de ódio apoiados no preconceito racial e no racismo sistêmico que marginaliza grupos étnicos alargando as desigualdades sociais, principalmente no Brasil, um país miscigenado em que grande parte de nossa identidade foi herdada de povos indígenas e africanos.

Método

Considerando que este artigo tem como objetivo análises sobre a realidade de professores para a implementação de uma educação, atitudes e práticas antirracistas e interseccionais, caracterizando como foco central o ser humano, seu comportamento e suas complexidades, utilizou-se uma abordagem colaborativa na perspectiva de transformações radicais da realidade, e por isso utiliza a modalidade de Pesquisa-Trans-Formação. A pesquisa encontra-se em andamento e contou com a participação 10 professores que atuam na unidade escolar, que mais aproximam da temática. A literatura e os pesquisadores defendem números de 5 a 10 docentes para compor o grupo de discussão formativo. De acordo com Godoi (2005) os grupos de discussão devem variar o tamanho entre 5 e 10 participantes, grupos com muitos membros pode não permitir a todos se expressarem e serem ouvidos. Os

contatos serão estabelecidos na própria unidade escolar durante os ATPCs (Atividade Pedagógica Coletiva) da escola com os docentes.

Para realização deste artigo que é parte de uma pesquisa em andamento foi utilizado o instrumento Grupo de Discussão para produção de informações. Por se tratar de uma pesquisa do tipo qualitativa, o objetivo foi trazer para discussão em grupo os anseios, as agruras, os conhecimentos a respeito da educação antirracista como caminho para inclusão social dos negros na busca de uma escola igualitária, equitativa e interseccional.

Resultados e Discussão

A pluralidade reflete o ambiente escolar, onde, a cada ano, recebemos alunos de diferentes unidades escolares do ensino fundamental II, cada um com suas particularidades e características que os tornam únicos. Diante desse contexto diverso e plural, nos reunimos para discutir as questões que permeiam esse universo. A unidade escolar onde os grupos de discussão aconteceram está localizada no litoral norte de São Paulo, atua com o ensino médio, a instituição situa-se em uma região periférica do município, próximo a sua região central.

Os encontros para discussão aconteceram quinzenalmente, um momento em que pudemos parar e refletir sobre a escola, o ensino e os alunos por meio de questões que proporcionaram o desenvolvimento de um cenário crítico-reflexivo sobre o papel do professor e como ele lida com todas essas demandas comportamentais cotidianas da escola, principalmente com o racismo, as questões de inclusão e diversidade no contexto escolar.

Neste primeiro momento foi perguntado aos professores o que é racismo, como eles conceituam, ou entendem o racismo.

Professor 1 - Para mim, eu acredito que racismo, como professor de história, basicamente se define por silenciamento. É tão pesado esse silenciamento que quando vamos discutir como os negros eram trazidos da África, a gente tem uma noção de que o homem branco ia lá, pegava essas pessoas e trazia para cá. E quando a gente pesquisa, estuda e assiste filmes como “A mulher rei”, a gente percebe que não, que havia todo um jogo de protagonismo dessas pessoas na África, de captura e que somente depois veio a comercialização para os europeus. Então, silenciamento é a palavra que mais define o racismo. Em todos os sentidos, principalmente pela negação do protagonismo.

Professor 2 - Eu entendo como uma segregação. É devido às histórias que vem desde lá Brasil colônia, os europeus estipularam uma sociedade branca, ideal deste modo, tudo o que for diferente desse padrão eram excluídos. Eu entendo racismo como uma segregação.

Professor 3 - Tudo aquilo que for diferente do que essa sociedade coloca como sendo normal ou padrão eles sofrem o preconceito. Agora eu acho que o nome racismo vem por conta de a gente ter sido hierarquizados por raças. Como o professor falou a gente foi classificado, mas essa classificação também, eu acho que biologicamente não está correto.

Professor 4 - Eu acho que o racismo também é eu querer apagar a história e não só do povo preto. Mas uma identidade, e de uma raiz. E se destruir uma raiz, eu destruo uma história, eu acredito que o racismo é tão marcante na nossa história, não só a brasileira, mas quando se fala em racismo, fala de escravidão, falo em dores e exclusão.

É possível perceber que cada professor tem um olhar diferente sobre o racismo: é o apagamento ou silenciamento de saberes, é a exclusão, é a hierarquização racial que promove a segregação das demais raças não brancas em um processo de inferiorização política, econômica e social. No caso do Brasil, os negros carregam o racismo como um legado deixado pela escravidão, que proporcionou uma maior desigualdade social, perpetuada na nossa sociedade atual e que foi institucionalizada e naturalizada, atingindo todas as esferas do nosso corpo social, principalmente o ambiente escolar. A segunda questão trouxe para a reflexão a importância de se trabalhar a educação antirracista.

Professor 5 - Muito importante, é só olharmos a nossa realidade enquanto escola. Temos muitos alunos negros e acho que fazemos tão pouco, não trabalhamos a autoestima, exceto você que está falando o tempo todo sobre isso. Mas falta formação aos professores porque sempre que temos de tocar nesse assunto corremos todos para você, para ter o seu suporte.

Professor 6 - Eu acredito que sim, porque da forma como eu aprendi história, foi do jeito que quiseram contar todos os anos, é o que eu sempre falava para minha mãe na escola que o livro só mudava a capa porque o conteúdo era o mesmo. E se hoje eu for parar para pensar no que falavam dos negros, por exemplo, no meu livro de história, era sempre uma imagem de uma pessoa acorrentada.

Evidenciamos, neste momento, que a insegurança ou falta de informação para se trabalhar com os alunos, os professores reconhecem como uma temática importante. Porém, temos de elucidar a dificuldade para implementar um trabalho educacional com a temática antirracista, pois falta conhecimento, falta

aprofundamento curricular, falta formação e falta, ainda, pensar o desenvolvimento de um currículo decolonial. Nosso currículo ainda é eurocêntrico e não traz narrativas negras de um povo sábio, que desenvolveu tecnologia, que fazia e faz ciência cotidianamente. A terceira pergunta traz para discussão a maior dificuldade que os professores encontram para trabalhar uma educação antirracista com seus alunos.

Professor 5 - Existe sim. Porque os alunos enquanto você está explicando a matéria da aula, eles continuam falando ou fazendo brincadeira sem graça. Aconteceu na minha aula de novo quando um aluno negro veio de camiseta preta eles ficaram “tá sem roupa”, “fulano veio sem camiseta pra escola”, isso me sobe o sangue. Eu já pedi para parar 500 vezes. Gente, para com essa brincadeira. E continuam colocando apelido nos outros. Tem horas que não sei lidar com isso. Eles não sabem a hora de parar uma coisa que não era nem para ter começado. A minha maior dificuldade é fazer com que os alunos entendam que não é brincadeira, e que por mais que esse seu colega o perturbe na aula, você não tem o direito de falar assim com a pessoa. Eu tento cortar a brincadeira e não estou conseguindo na sala de aula. Essa é minha maior dificuldade. Então eu comecei a falar isso para os meus, você não pode deixar que falem assim com você. Estou relatando e encaminhando à coordenação ou à direção para providências. Agindo dessa forma agora na aula.

As dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a naturalização de comportamentos racistas têm deixado todos preocupados e sem saber como lidar com essas situações. A indisciplina, aliada à falta de letramento racial, tem evidenciado o quanto o ambiente escolar se tornou preconceituoso e despreparado para acolher. Para os professores, assistir a essas micro agressões e não saber como intervir deve ser desconcertante. Contudo, é necessário retomar a formação continuada, oferecendo recursos aos professores para embasar sua atuação diante de ações racistas no ambiente escolar.

Além disso, é fundamental aplicar conteúdos, promover discussões e conscientizar todo o corpo discente para que a escola se torne verdadeiramente antirracista. Em discussões sobre representatividade, foi perguntado aos professores qual é a relevância de discutir a educação antirracista e se a representatividade realmente importa.

Professor 1 - É muito relevante porque estamos falando de representatividade, estamos falando da inclusão destes alunos na sociedade, de pertencer a uma raiz.

Professor 6 - A reconexão com a ancestralidade e conhecer a história de verdade, temos muitos alunos negros, pretos e pardos e construir um novo olhar sobre eles, sobre a identidades deles

enquanto ser social e enquanto negros no Brasil. Começar a refletir sobre como o racismo os afeta.

Professor 7 - Eu acho muito importante por estamos falando de dar voz aos alunos que talvez nunca tenham sido ouvidos, ou nunca puderam falar e expor como ele se sentem com discriminação racial.

Estabelecer conexão entre alunos e pessoas que os representem é um motivo que os engaja. Sentir-se representado em postos de poder, onde há poucos negros, principalmente os de pele retinta, traduz ao aluno que ele pode chegar onde almeja. A busca pela conexão ou reconexão com a ancestralidade faz com que o discente busque ser protagonista de sua história e ocupar postos mais elevados nas instituições e na sociedade. Apresentar aos alunos artistas, políticos e cientistas negros que se tornem referências para eles os inspira. A representatividade e a visibilidade podem conectar os alunos à ancestralidade e iniciar um processo de reconhecimento das suas potencialidades enquanto pessoas negras. Os professores, ao apresentarem pessoas que ocupam postos de poder na nossa sociedade, reafirmam aos alunos que eles também podem ocupar esses espaços e se tornar agentes de transformação da realidade dos seus.

Refletindo sobre uma escola diversa é necessário pensar em um ambiente que acolha todos, respeitado cada aluno com suas especificidades.

Professor 1 - Eu acredito ser uma ideia muito boa pensarmos em uma escola não só antirracista, como também ser a contra a homofobia, porque esse é um problema muito grande que a gente tem nessa escola também.

A escola é um encontro de diversos movimentos que se materializam na nossa realidade. Esse espaço deve ser de combate e abraçar todos esses movimentos sociais que causam transformação. Mas, para que isso aconteça, os alunos devem ter acesso a um conhecimento libertador, bem como entender que esses movimentos são políticos e impactam a sociedade, que muitas vezes não está preparada para entender e acolher. Logo, a escola torna-se o espaço que proporcionará entendimentos a respeito de movimentos feministas, LGBTQIAPN+, das pessoas com deficiência, movimentos negros, entre outros, e vislumbrará futuros possíveis através das lutas.

Professor 2 - Na sociologia, por exemplo, a gente trabalha tudo isso interligado, ou seja, o racismo, a violência de gênero, a ética, as estruturas, entre outras coisas. O que o governo fez? cortou a grade de sociologia dos primeiros anos. Os primeiros anos onde ele tinha que aprender sobre os processos de socialização, né? O nível primário, a família; o secundária a sociedade, a escolas, instituições,

os grupos, qual eles pertencem; sobre casos de violência extrema; sobre linchamento virtual e social. O governo simplesmente corta a sociologia do primeiro ano. Basicamente, que ele fez cortou do primeiro e do terceiro ano. Desenvolveu uma grade muito superficial para o segundo anos.

Percebemos a importância das ciências humanas e sociais para o desenvolvimento do senso crítico-reflexivo dos alunos. Porém, há um descontentamento entre os professores, uma vez que houve uma diminuição no número de aulas das disciplinas de Sociologia e Filosofia. Como trabalhar com os alunos essa perspectiva interseccional? Como situá-los dos direitos que possuem? Como será possível fazê-los enxergar que todas essas lutas estão intimamente ligadas e que precisamos apoiá-las?

Através das falas dos educadores, é possível perceber uma preocupação com o espaço escolar e com as ações dos alunos. Apreender essas agruras em relação aos comportamentos de cunho racista, homofóbico, sexista e capacitista reforça o quanto a escola, enquanto espaço de transformação, requer um olhar mais atencioso da sociedade para que este local se torne um referencial para toda a comunidade

Considerações finais

Refletir a respeito de um espaço escolar antirracista é necessário levar em consideração a percepção da comunidade escolar, como é o público atendido neste local e quais conhecimentos a respeito todos os elementos envolvidos neste processo possuem. Entender as lutas dos grupos minoritários é de extrema importância, pois pretendemos uma análise de forma interseccional deste espaço. Para tanto, os educadores detêm uma grande responsabilidade, lembrando também de sua complexidade; portanto, ouvi-los é necessário.

Os grupos de discussão realizados para levantarmos informações que pudessem nos fornecer subsídios para analisar os conhecimentos, os anseios e as agruras que os educadores possuem para compreender a importância da educação antirracista e obter uma visão interseccional deste espaço, que participa ativamente das lutas para a transformação da realidade de seus alunos, foram fundamentais.

Através das falas dos professores reunidos em encontros formativos, pudemos perceber o quanto é necessário e urgente implementar, nos espaços educacionais, práticas antirracistas que levem os alunos à reflexão crítica de seus

comportamentos e brincadeiras no tratamento com o outro. Pudemos perceber ainda que os professores necessitam de formações mais específicas e que aprofundem o conhecimento a respeito do antirracismo, pois, por diversas vezes, não sabem como reagir diante de brincadeiras de cunho racista nas aulas. Evidenciamos também que a redução de aulas na área de ciências humanas e sociais tem acarretado menor tempo de trabalho de conscientização com os alunos, bem como tem sobrecarregado outras disciplinas que não conseguem realizar um trabalho efetivo com seus alunos.

Por fim, chegamos ao momento de repensar esses espaços para que sejam efetivamente mais inclusivos, permitindo uma postura interseccional, sendo antirracista, antissexista, anti-homofóbica, antimachista e anticapacitista, proporcionando a todos os estudantes, professores e demais colaboradores que atuam nesses locais a compreensão da inclusão e da diversidade existente ali.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BILGE, S.; COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. Tradução Rane Souza.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 802-820, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143455>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GKr96xZ95tpC6shxGzhRDrG/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educere Et Educare**, Cascavel, Pr, v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1659>. Acesso em: 01 maio 2024.

CARVALHO, H.; SANTOS, L. **Lei 10.639 completa 21 anos reafirmando-se como marco na luta da população negra**. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lei-10-639-completa-21-anos-reafirmando-se-como-marco-na-luta-da-populacao-negra/>. Acesso em: 10 maio 2024.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas,

Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 10 jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602013000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Tradução de: Marcelo Brandão Cipolla.

MOTTA, T. H (Org). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 304 p. Disponível em: <https://www.ped.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/182-Ensino-antirracista-na-Educacao-Basica.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

NÓVOA, A. **Escolas e professores, proteger, transformar, valorizar**. Salvador: Sec/lat, 2022. 116 p.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 157 p.

ROLDÃO, M. C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 94-103, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782007000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwwYZ7YxTjLVPJD5NWgp/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.